



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0094083-34.2002.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ANTONIO DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados PALS SERVIÇOS DE LAVANDERIA S/C E OUTROS e JAMES HODGE.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MELLO PINTO (Presidente) e EDUARDO SÁ PINTO SANDEVILLE.

São Paulo, 05 de julho de 2011.

Assinatura manuscrita de Cesar Lacerda, feita com uma caneta preta, apresentando traços fluidos e uma longa horizontal final.

CESAR LACERDA
RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
28ª Câmara**

AES

Voto nº 14.936

APELAÇÃO COM REVISÃO nº 0094083-34.2002.8.26.0100

COMARCA: SÃO PAULO

APTE.: ANTONIO DOS SANTOS

APDO(S): PALS SERVIÇOS DE LAVANDERIA S/C E JAMES HOGDE

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA: OLAVO DE OLIVEIRA NETO

Acidente de veículo - Ação de indenização por danos materiais e morais - Extinção do processo, sem exame de mérito - Falta de rigor técnico não se confunde com ausência de pedido certo e determinado - Extinção afastada - Julgamento da lide, na forma do art. 515, § 3º, do CPC - A violência do acidente e as avarias do veículo demonstram a velocidade excessiva com a qual ele era conduzido - Culpa do condutor bem demonstrada - Reconhecimento da culpa solidária da proprietária do veículo - Ausência de comprovação de outros gastos decorrentes do tratamento médico - Perda parcial da capacidade laborativa comprovada por perícia - Indenização por danos materiais que corresponde ao pagamento de pensão mensal e vitalícia em valor proporcional à perda da capacidade com relação ao salário percebido na ocasião do acidente - Danos morais bem evidenciados - Indenização devida - Recurso provido. Extinção afastada. Ação julgada parcialmente procedente.

Trata-se de ação indenizatória movida por Antonio dos Santos em face de Pals Serviços de Lavanderia s/c e James Hodge, visando reparação pelos danos materiais e morais decorrentes de acidente automobilístico causado culposamente pelos réus.

O v. Acórdão de fls. 465/468 declarou nulo o feito, a partir da sentença, inclusive, para que outra

fosse proferida, com expressa manifestação sobre a base de cálculo sobre a qual deverá incidir o percentual a que os réus foram condenados.

Nova sentença foi proferida a fls. 489/493, ocasião em que a ação foi extinta, por ausência de pedido certo e determinado, e o autor condenado ao pagamento das verbas da sucumbência.

Inconformado, o autor interpôs recurso de apelação sustentando, em resumo, que a petição inicial cumpriu todos os requisitos exigidos pelo art. 282 do CPC, e que formulou pedido certo e determinado quando requereu indenização por danos materiais e morais, ficando o *quantum* ao arbítrio do MM Juízo.

Recurso regularmente processado, com resposta (fls. 527/578), na qual os réus pugnam, preliminarmente, pelo não conhecimento do recurso ante a ausência de fundamentação recursal adequada com relação à falta de pedido certo e determinado, no que tange aos danos materiais. Sustentam, ainda, a inaplicabilidade do art. 515, §3º do Código de Processo Civil.

É o relatório.

Inicialmente afasta-se o pedido de não conhecimento do recurso formulado nas contrarrazões, posto que a sucinta fundamentação do apelante, a respeito da regularidade da petição inicial, não importa no seu não conhecimento.

Respeitado o entendimento do Meritíssimo Juiz prolator da sentença recorrida, tem-se que não era o caso de extinção do feito por ausência de pedido certo e determinado.

Muito embora o pedido de indenização por danos materiais não tenha sido formulado com o

devido rigor técnico, extrai-se da petição inicial que o autor pretende ser indenizado por todas as despesas com tratamento médico e pela perda patrimonial decorrente de sua incapacidade laborativa.

Assim, tem-se que é o caso de afastar a extinção da ação sem análise do mérito, passando-se desde logo ao julgamento da lide, na forma do disposto no § 3º do art. 515 do Código de Processo Civil, posto que a causa está madura para julgamento.

Em 20/7/2000, às 0h45min, o autor caminhava na calçada na Av. Helio Pelegrino quando foi atingido pelo veículo desgovernado, de propriedade da primeira ré, conduzido pelo segundo réu.

A dinâmica do acidente e as avarias do veículo demonstram que ele estava sendo conduzido com excessiva velocidade.

Embora o réu alegue que o acidente fora uma fatalidade porque o veículo rodopiou na pista depois de ter seu pneu esquerdo dianteiro estourado, o fato é que na ocasião do acidente o veículo chocou-se com um poste, um muro e uma placa de sinalização, além da vítima, o autor que caminhava na calçada.

A violência do acidente e a dificuldade no controle do veículo conduzem à conclusão de que sua velocidade era excessiva e incompatível com o local.

Ademais, a alegação de que o pneu estourou provocando o acidente, se traduz tese de difícil prova, permanecendo a dúvida se não foi a violência das colisões que teriam provocado o rasgo verificado lateral do pneu (a fls. 38).

Não bastasse, o corréu, condutor do veículo, de forma voluntária aceitou a proposta de doar mantimentos à entidade assistencial, na esfera penal, e prestou assistência direta ao autor, com o pagamento de remédios e outras necessidades, tudo a corroborar com o reconhecimento de sua culpa.

Reconhecida a culpa do condutor, a corré responde solidariamente pelos danos causados, em razão de sua qualidade de proprietária.

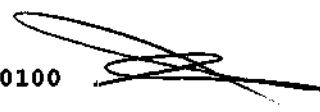
Foi esse, aliás, o entendimento abraçado por esta 28ª Câmara de Direito Privado, em julgado de que participei, relatado pelo eminente Desembargador Celso Pimentel e condensado na seguinte ementa:

"O proprietário responde pela guarda do automóvel envolvido no acidente de trânsito e, pela culpa in eligendo ou in vigilando, obriga-se de modo solidário a reparar os danos causados." (Ap. s/ Rev. 1.094.594-0/3 - J. 31.07.2007).

Daí porque se entende que, de fato, é dever do causador do acidente e da corré, porque solidariamente responsável, reparar os danos advindos de sua conduta culposa.

Com relação aos danos materiais atinentes às despesas com tratamento, há nos autos prova de que o corréu, condutor do veículo, arcou com os medicamentos que o autor necessitou, não havendo nos autos prova de que ele tenha arcado com outros gastos durante seu tratamento.

Em contra partida, conquanto mal formulada, a pretensão decorrente da perda da capacidade laborativa deve ser acolhida, porque a existência dos danos materiais está bem evidenciada nos autos.



A perícia realizada concluiu que houve comprometimento patrimonial físico da ordem de 24%, com base na Tabela da Susep (fls. 243/245).

A perda patrimonial decorrente da redução da capacidade laborativa indeniza-se mediante o pagamento de pensão mensal vitalícia, a contar da data do evento.

No caso concreto, a pensão deve ser fixada no importe equivalente a 24% do valor percebido pelo autor na ocasião do acidente, R\$ 798,63, conforme se extrai do documento de fls. 21.

Ficam, então, condenados os réus ao pagamento de pensão mensal vitalícia, a partir do evento, no valor de R\$ 191,67, atualizado e acrescido de juros desde então (STJ, súmula 54: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.").

Os réus devem constituir capital a fim de assegurar o adimplemento das prestações vincendas, pois tal determinação advém de imposição legal (art. 475Q do Código de Processo Civil).

Os danos morais estão bem comprovados e a indenização correspondente é devida. O autor sofreu ferimentos graves. Teve traumatismo crânio-encefálico e fraturas múltiplas no fêmur e pé direitos. E em razão das fraturas, ficou com deformidades e disfunções.

Cumpra registrar, aliás, o pensamento que tem prevalecido nesta Câmara, reiteradamente afirmado pelo eminente Desembargador Celso Pimentel, com esboço em jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "A propósito, dano moral, exatamente porque moral, não se demonstra

nem se comprova. Afere-se segundo o senso comum do homem médio. Resulta por si mesmo da ação ou omissão culposa, *in re ipsa*, porque se traduz em dor física ou psicológica, em constrangimento, em sentimento de reprovação, em lesão e em ofensa ao conceito social, à honra, à dignidade" (Conforme, dentre outras, apelações com revisão nºs 753.168- 0/5; 770.122- 0/0; 710.501- 0/6; 729.482- 0/5).

A indenização por dano moral deve ser suficientemente expressiva para compensar a vítima pela dor, tristeza, constrangimento, ou sofrimento experimentado. Jamais, porém, deverá chegar a ponto de consubstanciar enriquecimento sem causa.

Assim, considerando a extensão do dano, a posição social e econômica das partes, as finalidades reparatória e punitiva da indenização, que deve servir para amenizar a dor do lesado e coibir novos abusos do demandado, sem que todavia permita o enriquecimento sem causa do demandante, tem-se que a indenização por dano moral deva ser fixada no valor de R\$21.800,00, correspondente hoje a 40 salários mínimos.

A correção monetária do valor da indenização do dano moral incidirá a partir desta data, correspondente à data do arbitramento, nos termos da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça. A correção monetária da indenização pelos danos materiais incidirá a partir da data do evento.

Diante do exposto, dá-se provimento ao apelo, para anular a sentença e, com fundamento no art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, julgar parcialmente procedente a presente ação condenando os réus a pagarem ao autor pensão mensal e vitalícia no valor de R\$ 191,67, desde o acidente, atualizada e acrescida de juros a partir da data do evento, e

indenização por danos morais, fixada em R\$21.800,00, correspondente hoje a 40 salários mínimos, acrescida de correção monetária, a partir desta data e juros moratórios, desde a citação. Arcarão os réus, ainda, com as custas e despesas processuais e com os honorários advocatícios da sucumbência, fixados em 10% sobre o valor da condenação.



CESAR LACERDA
Relator